

## Comissão passa a ser de 'Estudos Constitucionais'

BRASILIA — A lista dos integrantes da Comissão da Pré-Constituinte, que tem cerca de 50 membros, deverá incluir os nomes do Professor Cândido Mendes de Almeida e do roteirista Doc Comparato. A Comissão se chamará "Comissão de Estudos Constitucionais" e, segundo as últimas modificações feitas pelo Ministério da Justiça e pelo Palácio do Planalto, seu decreto de criação deverá ater-se a palavra "estudos" — e não "anteprojeto" ou "esboço" — para definir o objetivo de seu trabalho.

Além daqueles dois nomes, poderão ser incluídos também os dos professores Cançado Trindade e Orlando de Carvalho. O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, afirmou ontem que não está havendo qualquer tipo de divergência entre o Ministério e o Palácio do Planalto em torno da lista e o Presidente José Sarney não vetou nomes da relação inicial.

Lyra e seus assessores foram surpreendidos ontem com a publicação de um suposto decreto de criação da Comissão em um jornal de Brasília. Aborrecido, ele disse de manhã que iria divulgar uma nota à imprensa sobre o assunto, mas foi tranquiliza-

do pelo Ministro Chefe do Gabinete Civil, José Hugo: o decreto publicado não era a versão definitiva e sim uma das minutas que circulavam pela Subchefia do Gabinete Civil.

Acredita o Ministro que o decreto poderá ser assinado amanhã. Ele disse que as alterações determinadas pelo Presidente Sarney — o texto foi levado ao Palácio e voltou ao Ministério quatro vezes — devem-se apenas a razões de ordem formal.

Assessores do Governo revelaram que a história do decreto de criação da Comissão começou bem antes da última semana, quando as dificuldades para sua elaboração vieram à tona. O primeiro esboço do decreto foi feito no começo de março pelo atual Consultor Jurídico do Ministério, Marcelo Cerqueira, a pedido do Presidente Tancredo Neves, que pretendia criar a Comissão em seus primeiros dias de governo. De lá para cá, esse esboço foi modificado diversas vezes, passando pelas mãos do jurista Miguel Reale Júnior e do Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que deu os últimos retoques antes de devolvê-lo ao Ministro Fernando Lyra.